

As origens do movimento nacionalista no Japão: ressurgimento no século XXI e seus impactos para as relações do leste asiático

Ayana Hanashiro de Moraes*

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as origens do nacionalismo japonês e seu ressurgimento com base na postura do atual governo sob a liderança de Shinzo Abe, identificando seus possíveis impactos nas relações com a China e Coreia do Sul. A partir de uma reflexão inicial sobre o conceito de nacionalismo e sua presença dentro do contexto histórico japonês, será possível mapear o histórico cultural daqueles que compõem a administração do governo recente, e que por sua vez tendem a defender medidas como o revisionismo histórico, a reafirmação de valores japoneses e um posicionamento mais assertivo em questões militares e territoriais. Desta maneira, os impactos decorrentes de tal fortalecimento nacionalista podem ser vistos sob uma nova ótica que remete não apenas ao passado de guerras e histórico imperialista, todavia questões delicadas às partes envolvidas, mas também à própria formação da consciência nacional japonesa. **Palavras-chaves:** Nacionalismo japonês, Nacionalismo, Identidade, Consciência nacional, Relações do leste asiático.

Abstract

The present article seeks to analyze the roots of Japanese nationalism and its resurgence based on the current government position under prime minister Shinzo Abe's leadership, in an attempt to identify its possible impacts on Chinese and South Korean relations. From a brief reflection on the concept of nationalism and its presence within Japanese historical context, it will be possible to map the cultural history background from the members of the current administration, and their promotion of historical revisionism, Japanese values and an assertive stand face territorial and military affairs. Hence, the consequential impacts following this nationalist strengthening can be seen under a new perspective which addresses not only the war period and an imperialist historic, still a very delicate matter for all parties involved, but also the formation of Japanese national consciousness. **Keywords:** Japanese nationalism, Nationalism, Identity, National consciousness, East Asian relations.

*Bacharelada em Ciências e Humanidades na UFABC - contato: ayana.hanashiro@hotmail.com

Introdução

A força do nacionalismo sobrevive nos dias atuais. Para aqueles que argumentaram que o processo de globalização traria um fim às discussões sobre nação e nacionalismo, depararam-se com uma série de eventos que colocaram em pauta tais noções ainda presentes nas formas de se perceber as relações entre povos, culturas e também identidades. Não é fácil, contudo, fixar tais conceitos e muito menos encontrar uma unicidade dos mesmos – observa-se que não há um único autor que tenha fundamentado o campo dos estudos sobre nacionalismo, por exemplo, assim como fizera Weber no campo da sociologia. Ainda assim, a maior riqueza que tais estudos podem oferecer são maneiras de se entender os indivíduos enquanto partes do coletivo, compreender suas formas de perceber o mundo em meio aos outros. Um mundo que se coloca de maneira cada vez mais complexa e sobre o qual urge uma reflexão histórica.

Neste sentido, as pesquisas sobre o movimento nacionalista japonês têm adquirido certo destaque nos últimos anos. Seja como um caminho para se entender a própria construção da sociedade japonesa, quanto para se observar um comportamento que tem se expressado de maneira mais impositiva por parte das políticas praticadas por seu governo, o fato é que a discussão sobre os ideais japoneses e, principalmente, esta nova defesa de um determinado “Japão”, podem trazer importantes reflexões para os dias atuais. Não por acaso, tal discussão se eleva com maior força ao se analisar o século XXI, sendo melhor observada a partir dos discursos de seu atual primeiro-ministro Shinzo Abe. Tal figura política sintetiza muitas características do desenvolvimento do pensamento político japonês, a partir de declarações e das próprias notas oficiais do governo em relação a seu histórico de guerras, à militarização e principalmente pela forma como tal assunto é levantado perante seus vizinhos que mais lhe contestam, a dizer China e Coreia de Sul.

Este artigo tem como objetivo analisar o movimento nacionalista no Japão a partir de sua raiz, ou seja, quais as características do movimento nacionalista enquanto um sentimento atrelado à ideia de nação, em um diálogo com autores tradicionais dentro da temática; e como tal movimento adquiriu espaço nas motivações da atual administração japonesa. Além de uma retomada histórica, nosso olhar se dirige às instabilidades da atual conjuntura, em uma relação com os elementos da história e cultura japonesa, e que devem ser analisados cuidadosamente.

1 O nacionalismo e a abordagem etno-simbólica

Dentro das ciências sociais e políticas, o nacionalismo é associado frequentemente às discussões sobre o processo de formação de Estados, nações e identidade nacional. Dado que estejam estabelecidas tais discussões, relaciona-se o nacionalismo a momentos de conflito entre povos, quando tal elemento é definido como um sentimento que une um determinado grupo em contraposição a um “outro” – tanto inimigo quanto grupo desconhecido. Este elemento pode ser observado, portanto, como um processo de auto identificação de uma coletividade a partir de uma visão gestada em seu interior, e que reage àquilo que não lhe está contido como algo diferente. Neste sentido, a construção da identidade é um aspecto que dialoga com a forma de se pensar a questão de consciência nacional e o conceito de nação, uma vez que o sentimento de pertencer a uma comunidade é a base para se pensar a própria construção dos

Estados.

Para o autor de “Comunidades Imaginadas”, Benedict Anderson (1983), as nações são formadas a partir de comunidades políticas imaginadas (*imagined communities*), pois uma vez que cada membro em sua extensão não é capaz de ter consciência de todas as pessoas que a formam, esta é, portanto, uma comunidade utópica (ANDERSON, 1983). Sua análise, assim como a de Hobsbawm (SMITH, 1999), converge para a importância da modernidade associada à recente formação dos Estados, e concede um caráter político – afinal, fala-se de comunidades políticas imaginadas, delimitadas por um território, uma jurisdição – à noção de nação e nacionalismo. Entretanto, o conceito de comunidade imaginária proposta por Anderson ainda é insuficiente para responder, por exemplo, ao apelo emocional popular produzido pelo nacionalismo como sentimento nacional, à sua força de dominar o interior humano e lhe dirigir ao sacrifício nacional, e que pode ser visualizado claramente sob a imagem de heróis nacionais como um verdadeiro sacrifício pela comunidade.

Neste ponto, parece razoável supor que haveria algo anterior à concepção de nação, um fator antecedente ao período moderno de formação do Estado-nação e que reflete sobre as condições que possibilitaram sua constituição. Tal suposição é levantada com maior ênfase por Anthony D. Smith (1999), que propõe em seus trabalhos uma alternativa etno-simbólica para a discussão. A abordagem de Smith é relevante pois busca investigar as origens mais distantes do sentimento de pertencer a uma nação, onde sua premissa não exclui o argumento de que as nações possuem um caráter adquirido no período de modernidade, mas expõe o peso das culturas pré-existentes e laços étnicos das nações que emergiram na época moderna (SMITH, 1999). Tais nações seriam então determinadas a partir de um território e história compartilhados, onde um povo e uma cultura estabelecem sua própria identidade, mas que antes de constituírem este ente organizado, jurídico e soberano que é o Estado, admitiriam a existência de etnias definidas como coletivos que possuem nome, mito, ancestralidade e sentimentos de solidariedade em grupo (LEOUSSI; GROSBY, 2007), onde os elementos simbólicos – memórias, valores, rituais e tradições – são essenciais para sua própria identificação.

A saída etno-simbólica não é apenas significativa pelos aspectos culturais e étnicos que se propõe a analisar, mas também para a reflexão de como tais elementos simbólicos são reconstituídos a cada geração, ou seja, passam por movimentos contrários que criam condições para superar os novos desafios de cada momento histórico. Segundo Smith (1999), as memórias compartilhadas são responsáveis por formar identidades coletivas, e nesse percurso história e cultura são as razões para conflitos, mas também para solidariedade dentro da comunidade. Ao se observar o nacionalismo como sentimento que emana de um determinado grupo, formado em bases culturais anteriores, mais profundo que uma simples delimitação geográfica ou histórica, percebe-se ao final que este abrange características de uma própria forma de se ver o mundo. Assim, é possível dizer que tal abordagem pode ser uma ferramenta de análise da origem desta força que emana de uma comunidade, onde sua base é constituída a partir dos mitos, símbolos e memórias.

Nacionalismo, definido como um movimento ideológico para alcançar e manter a identidade, unidade e autonomia de um grupo social, no qual alguns de seus membros consideram-no como uma forma atual ou potencial de nação, provou-se um instrumento poderoso para forjar um mundo de nações baseado em laços étnicos

e sentimentos pré-existentes (...). (SMITH, 1999, p.18-19, tradução nossa).

Apesar da ênfase proposta sobre os elementos etno-simbólicos, é importante notar que há diversas maneiras de se refletir sobre o conceito de nação e o consequente sentimento nacional de pertencimento à mesma, sendo essencial para o próprio entendimento do nacionalismo. Assim, também como qualquer abordagem, vale lembrar, o etno-simbolismo não está imune a críticas. Porém, tais reflexões apenas confirmam uma característica a respeito deste campo de estudo, que é a própria inexistência de um conceito geral ou fixo para a ideia de nação, e sobretudo a afirmação de diversos autores que trazem teorias e discussões na tentativa de definir um sentimento que une uma comunidade de pessoas. Mais além, se há ao menos um ponto de convergência dessas diferentes visões, é que em momentos onde tal sentimento esteve presente de maneira exacerbada em um grupo firmemente apoiado ou mesmo estimulado pelo Estado, agregando-se então o elemento político, pode-se observar confrontos entre povos, guerras, e que concederam em última instância espaço à xenofobia.

Ao final, o nacionalismo é um movimento que pode ser analisado sob diferentes perspectivas e gera múltiplas interpretações¹. É proposto no decorrer deste artigo e nas próximas seções, ao se analisar o nacionalismo japonês, que a abordagem etno-simbólica sirva como uma possível ferramenta na busca de suas origens, mas que para os dias atuais também deve se ater às problemáticas do cenário político e poder dos Estados soberanos.

2 O nacionalismo japonês e suas possíveis origens

Para observar o caso do nacionalismo japonês, alguns fatores devem ser levados em consideração, a começar pelos métodos de análise para que não se sobreponham às especificidades do tema em questão. Dito de outra maneira, deve-se tentar ao máximo estabelecer um diálogo entre autores japoneses que estudaram o nacionalismo e suas trocas com autores não japoneses, para que desta forma o nacionalismo possa ser melhor identificado em uma reflexão histórica e cultural onde os possíveis momentos de origem do mesmo não corram o risco de serem generalizados sob um único ponto de vista.

Sannosuke Matsumoto (1971) em seu artigo sobre alguns problemas teóricos para o significado do nacionalismo japonês, já aponta para tal questão e sugere que o nacionalismo enquanto sentimento de um grupo deve ser visto a partir da “construção de consciências de subgrupos existentes dentro da sociedade japonesa, ou seja, da família, comunidade, províncias, entre outros” (MATSUMOTO, 1971, p. 50, tradução nossa). Para Kevin M. Doak (2006), o significado do nacionalismo japonês passa então a ser melhor compreendido ao se levar em consideração a formação histórica do país e sua organização social. Segundo o autor, os diversos grupos que compõem a nação japonesa poderiam gerar nacionalismos distintos, nos quais ele organiza a partir das noções de Imperador (*Tenno*), Sociedade (*Shakai*), Nacionalismo Cívico (*Kokuminshugi*), e Nacionalismo étnico (*Mizokushugi*). Logo, a avaliação de ambos

¹ Além dos autores utilizados neste trabalho para a discussão acerca do nacionalismo, vale lembrar outros como Hans Kohn (1891-1971), Ernest Gellner (1925-1995), Walker Connor (1926-2017) e Pierre Berghe (1933-2019).

autores recai sobre essa estrutura interna que configura as relações dos indivíduos do grupo e que ao longo do tempo adquire algumas características que lhe são marcantes.

Historicamente (MATSUMOTO, 1971) a primeira característica do nacionalismo japonês está diretamente relacionada à sua imagem projetada ao mundo externo, ou à comunidade internacional. Os claros indícios desta consciência nacional japonesa podem ser vistos com a Guerra do Ópio (1839-1842), que recaia sobre seu vizinho chinês, e posteriormente pela pressão mais impositiva dos Estados Unidos em 1856, ao demandar a abertura dos portos japoneses para a realização de comércio com o ocidente – episódio conhecido pela imagem do próprio Comodoro Perry². Até aquele momento a visão japonesa de mundo havia sido influenciada pelo Confucionismo e sua noção de universo, pois trazia uma perspectiva centrada no próprio Japão como superior ao ocidente “bárbaro” (MATSUMOTO, 1971). Porém, após tal experiência, as diferenças em termos de capacidades bélicas mostravam que tal superioridade se transformava em uma posição ameaçada pelo ocidente. Assim, pela primeira vez o nacionalismo japonês era relacionado diretamente à força militar, um militarismo que nascia a partir do contato com o ocidente – também denominado como processo de ocidentalização –, e que ao mesmo tempo era sua fonte de afirmação enquanto povo e nação. Tal movimento nacionalista adquire maior respaldo ao se somar à ideia de homogeneidade racial (MATSUMOTO, 1971), e ao apelo que o Estado japonês passa a exercer a partir da noção de unidade da nação, das tradições, cultura e, principalmente, sob as emoções da população durante seu processo de modernização.

Este primeiro contato nos leva a um segundo momento não tão distante, mas importante para a construção da identidade nacional japonesa, e que para Kevin M. Doak (2006) é dado durante o processo de formação do Estado japonês moderno sob os moldes ocidentais. Iniciava-se o assim conhecido período Meiji (1868-1912), cujo marco é a restauração do poder político imperial japonês, antes nas mãos do shogunato³, em uma tentativa de centralizá-lo para poder se relacionar com outros Estados-nações europeus. Tal mudança abalaria o que o autor concebe como nacionalismo étnico, constituído pelos elementos etno-simbólicos apresentados por Anthony Smith (tradições, memórias, e etc.), e que se viam diretamente confrontados pelo Estado ou país que surgia (o *kokka*) junto à sua presença política, produzindo ao final um choque de identidade nacional. É a partir de então que o Estado japonês passa a participar no processo de formação do nacionalismo para seus próprios interesses.

Em consequência, tais características apresentadas tendem a alcançar sua máxima expressão na década de 1930, com o denominado ultranacionalismo que se destaca no período da segunda guerra mundial através da expansão do império japonês. Para Doak (2006), o nacionalismo do período de 1930 pode ser analisado a partir daquilo que Anthony Smith já havia posto em discussão, ou seja, a relação entre Estado (órgão jurídico) e a etnia, o nacionalismo cívico (a partir do conceito de Estado enquanto nação civil, ou *Kokumin*) do nacionalismo étnico (a partir da nação étnica, *Minzoku*). Neste contexto, também são lembradas outras características que fizeram parte do Japão imperialista, como a forte presença do imperador como um símbolo de união da nação e o uso de referências xintoístas para reforçar sua ideia de divindade. Para melhor compreender a diferença de nacionalismos que se contrastavam nesse

² Comandante da marinha norte-americana que ficaria conhecido por “abrir” à força o Japão feudal ao mundo

³ 4 Termo utilizado para se referir ao shogun, líder militar supremo e destaque no período denominado Edo (Edo Bakufu) da história japonesa.

período, observam-se os casos de expansão japonesa em Taiwan e na península coreana⁴. Para o nacionalismo cívico, as pessoas de tais países conquistados poderiam ser incluídas como cidadãos do Estado japonês, neste caso taiwaneses e coreanos após algum processo de assimilação (DOAK, 2006). Por outro lado, o nacionalismo étnico não admitiria tal possibilidade, sendo necessário não apenas uma base jurídica, mas uma série de características étnicas prévias. É neste momento em que o destaque para o nacionalismo étnico (*Minzokushugi*) é observado como uma base política, a dizer do Estado, para que este último encontrasse formas de utilizar a etnicidade como mecanismo de apoio ou mesmo controle de sua população.

Com o final da guerra, a derrota japonesa fez com que o país alterasse seu comportamento, através de uma reflexão sobre os valores defendidos e os acontecimentos históricos até então. A guerra representada sob a figura das duas bombas atômicas foi nesse sentido um divisor de águas para o movimento nacionalista no Japão, pois expôs suas consequências quando apoiada pelo Estado e vinculada ao militarismo. Desta maneira, vários autores (DOAK, 2006) tanto da esquerda quanto direita japonesa realizaram fortes críticas ao modo como o nacionalismo étnico fora utilizado até então, algo que ganhou ainda mais espaço no período do pós-guerra com a ocupação dos Estados Unidos (1945-1952).

Durante o período de ocupação, e que exerceu grande controle da autonomia do Estado japonês, outro debate interessante surgia nos meios acadêmicos. O fato da ocupação norte-americana pressupor o “controle” democrático do país, cuja maior expressão pode ser observada sob a forma de uma nova Constituição (1946), também resultaria em um confronto de visões de mundo. Desta maneira, a ocupação não apenas alterou a forma de organização política do Estado japonês, mas também foi um claro exercício na definição do que era nacional, e assim no que constituía o movimento nacionalista japonês, afastando-se do étnico para aproximar-se de uma base civil. Assim, o nacionalismo cívico (*Kokuminshugi*) voltava-se agora aos ideais democráticos, de cidadania nacional, e por fim à fonte política da ideia de nação.

Tal dicotomia entre nação étnica (*minzoku*) e nação civil (*kokumin*) foi amplamente criticada pelos intelectuais da época (DOAK, 2006), pois colocava a identidade japonesa em uma espécie de balança: se por um lado o *minzoku* fora utilizado pelas elites políticas japonesas na promoção daquilo que resultaria em um ultranacionalismo, e conseqüente posicionamento belicoso, o *kokumin* por sua vez teria formado-se a partir de uma imposição – a Constituição de 1946 somada à ocupação dos Estados Unidos –, retirando a autonomia do país para estruturá-lo com base no ocidente. Como resultado, haveria um embate entre *minzoku* e *kokumin*, o étnico com base nas tradições, mitos, e principalmente cultura japonesa, e o civil ou político proveniente de um exterior que se impunha ao dominá-lo.

No período do pós-guerra (ROSE, 2010) até a década de 1980, o enfoque japonês foi de reconstrução da nação pela via econômica. O país se encontrava em uma posição desfavorável no cenário internacional e alterou tal condição a partir de sua reorganização apoiada, e até mesmo supervisionada pelos Estados Unidos. Neste aspecto a conjuntura internacional também desempenhava um papel importante, pois sabe-se que no período marcado pela guerra fria, a política externa da potência hegemônica norte-americana buscava encontrar zonas de influência, e o Japão se

⁴ Durante o processo de expansão do império japonês, Taiwan e Coreia se constituíram como seus principais territórios coloniais.

encaixava em tal plano geopolítico. Para além de político, a aproximação das relações entre ambos os países também significava uma aproximação econômica, e que incorporava o Japão ao bloco capitalista. Desta maneira os ideais ocidentais eram reforçados através da aproximação definitiva entre Estados Unidos e Japão.

Segundo a Constituição promulgada em 1946, o imperador se tornava um símbolo para o país e ao povo caberia a soberania do poder (JAPÃO, 1946). Além disso, um dos fatores que comprometia definitivamente a nação japonesa com relação a uma possível volta de seu expansionismo e militarização pode ser traduzido a partir do Artigo 9 da Constituição.

Artigo 9. Aspirando sinceramente a paz mundial baseada na justiça e ordem, o povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais. Com a finalidade de cumprir o objetivo do parágrafo anterior, as forças do exército, marinha e aeronáutica, como qualquer outra força potencial de guerra, jamais será mantida. O direito a beligerância do Estado não será reconhecido. (JAPÃO, 1946).

Pode-se dizer, portanto, que se buscou de maneira efetiva impedir qualquer desenvolvimento do sentimento nacional japonês que remetesse ao nacionalismo e à sua expressão mais perigosa de uso estatal e militar, ainda que para tal fosse comprometido sua soberania enquanto Estado-nação. Em outras palavras, revelou-se o *minzoku*, um forte elemento dentro da formação da nação japonesa, fator chave para uma possível origem de seu movimento nacionalista e dos conflitos gerados frente ao choque do poder político estatal.

3 O movimento nacionalista no século XXI: ascensão e reflexos para o leste asiático

Em um dos estudos mais recentes publicados em língua portuguesa, Ernani Oda (2018) analisa o nacionalismo enquanto ferramenta do Estado que permaneceu contido pelas estruturas do próprio governo japonês até o final da década de 1980, e que ganharia força na década seguinte. Assim como deixa claro, seu objetivo é tentar explicar por uma análise da estrutura política do Estado japonês, somado aos fatores externos de seu contexto internacional, o que haveria contribuído para o ressurgimento do nacionalismo. Um dos argumentos levantados se refere à constituição partidária do governo japonês, na qual seu maior partido, o Partido Liberal Democrático (PLD), fragmentado em diversas facções, teria concedido maior espaço a grupos de visão mais nacionalista. Com a reforma do sistema eleitoral (ODA, 2018) na década de 1990, e maior centralização do partido após casos de corrupção, os grupos mais moderados tiveram de se aliar aos grupos nacionalistas, e como consequência estes últimos ganharam maior espaço no cenário político.

Uma das reivindicações por trás da bandeira deste novo movimento nacionalista que se lança com maior ênfase desde a metade da década de 1990, é a revisão de elementos que remetem às memórias de guerra, entre eles a reconstrução da história japonesa que é contada de maneira excessivamente negativa desde o final da segunda guerra mundial, e onde surge a proposta de revisão do conteúdo escolar voltado aos elementos positivos de sua história. Ademais do revisionismo, o questionamento de uma postura mais ativa do governo japonês em questões territoriais e militares, ou seja,

um ataque direto ao Artigo 9, também é lançado como fator que impediria uma maior influência do Estado japonês no cenário internacional. Nesse sentido, Oda (2018) deixa explícito que sua análise não é apenas uma visão interna e isolada do surgimento do movimento nacionalista japonês, mas que este encontrou também um contexto propício ao considerar o fim da guerra fria, a bolha econômica japonesa ao final da década de 1990, e no que diz respeito a seus vizinhos mais próximos – China e Coreia do Sul – como os principais contestadores deste nacionalismo e das problemáticas que tal movimento representa para suas relações.

4 O santuário Yasukuni

Desde a década de 2000, um dos tópicos mais controversos dentro da opinião pública chinesa e sul-coreana se refere às frequentes visitas de primeiros-ministros japoneses, no caso Koizumi Junichiro (2001-2006) e Shinzo Abe (em seu segundo mandato, de 2012 até o presente momento) ao santuário Yasukuni, em Tokyo, considerado um local de reverência a inúmeras vítimas de guerra, mas também a diversos criminosos condenados por executarem povos da região asiática durante o período de expansão japonesa.

O santuário Yasukuni é um santuário xintoísta criado em 1869, e desde o período da restauração Meiji foi um local de reverência àqueles que prestavam serviços militares ao imperador. Porém, ao final da segunda guerra mundial e com a ocupação norte-americana, muito se questionou acerca da relação do santuário com o imperialismo japonês, dado os esforços da intervenção dos EUA para levar a democracia e promover a desmilitarização do antigo império nipônico. O santuário então se tornou um problema pois,

a religião xintoísta, o militarismo, e o imperador estavam todos ligados ao status do santuário Yasukuni no período de pré-guerra, e, portanto, o Yasukuni deveria ser reformado também, caso as reformas da ocupação pretendiam ser bem-sucedidas. Mas foi a conexão do Yasukuni com o imperador japonês que de fato o salvou. (SMITH, 2014, p. 63, tradução nossa).

Desta forma ficam evidentes as dificuldades encontradas ao se lidar com tal símbolo que adquiriu maior força no período imperialista japonês, e que eram características que haviam colocado o Japão precisamente no caminho à guerra. Além disso, segundo a mesma autora, a razão pela qual o santuário teria sobrevivido ao período de transição do império teria sido sua própria ligação ao imperador ainda existente no país, e que após a ocupação dos EUA abdicou de seu exercício político, para uma atuação simbólica. O fato do santuário permanecer como um local de reverência àqueles que participaram da guerra, também era uma demanda realizada por famílias que perderam muitos membros no mesmo período, e que reafirmava a importância de sua preservação.

A partir da nova Constituição, as instituições políticas foram dissociadas daquilo que conformava o estado xintoísta, em uma tentativa de separar o âmbito religioso do político. Contudo, ao se observar o próprio significado do santuário Yasukuni, percebe-se que este representa exatamente o oposto a tal atitude, pois combinava o xintoísmo e política sob a forma de um memorial nacional (SMITH, 2014). Ao final da década de 1960 o santuário foi novamente alvo de uma grande polêmica e que apenas

posteriormente se tornou pública: a reverência a criminosos de guerra de alta classe⁶. As críticas rapidamente surgiram não apenas dos governos chinês e sul-coreano, mas também da sociedade civil de ambos os países na década de 1990, e que se acentuou no decorrer dos anos 2000.

Neste ponto, vale a reflexão sobre as diferentes maneiras de se interpretar a história. Se por um lado o santuário Yasukuni “(...) não era apenas um local para honrar os japoneses mortos durante a guerra, mas um local para rejeitar o criticismo estrangeiro de sua história durante o século XX” (SMITH, 2014, p.61, tradução nossa), por outro lado ao ser visitado por importantes figuras do governo tende a reforçar o sentimento nacional principalmente de grupos mais conservadores, e que de maneira negativa obscurece os sofrimentos e perdas das nações invadidas no leste asiático. Tem-se por fim um impasse que ao levantar uma disputa de interpretações de ambos os lados sobre a segunda guerra mundial no leste asiático, também constrói heranças que se perpetuam nos indivíduos e nas relações entre os países envolvidos.

5 As mulheres de conforto

A discussão sobre as “mulheres de conforto” pode ser considerada em certa medida ainda mais polêmica que a problemática representada pelo santuário Yasukuni. Não por seu grau de importância enquanto consequência do período de guerras para as relações entre os países do leste asiático, mas definitivamente pela força de mobilização de diversos grupos da sociedade civil, tanto a nível regional quanto internacional.

A expressão “mulheres de conforto” (*comfort women*) se refere às mulheres de nações invadidas pelo exército imperial japonês – principalmente da península coreana (JAPÃO, 1993) –, que foram sexualmente exploradas ao serem obrigadas a prestar serviços sexuais (*comfort services*) às tropas japonesas no período da segunda guerra mundial em diversos “bordéis” (*comfort stations*) dos territórios ocupados. Tais mulheres vieram a ganhar maior reconhecimento na década de 1990 (KIMURA, 2016), quando algumas sobreviventes começaram a revelar suas experiências e levantar ações judiciais contra o governo japonês. Até então o governo japonês negava sua participação no ocorrido, e apenas quando documentos oficiais do governo que mostravam o contrário foram divulgados, é que seu envolvimento passou a ser reconhecido publicamente. Pela primeira vez, em 1992, o problema das mulheres de conforto foi discutido na 48ª Sessão da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos (CNUDH), e em 1996 na 52ª Sessão é confirmada a responsabilidade legal do governo japonês assim como a solicitação de compensações aos países envolvidos.

Faz-se importante destacar que neste período em geral, muitos movimentos sociais surgiam, assim como organizações não-governamentais adquiriram maior relevância em âmbito internacional, antes reservado apenas à alçada do Estado. Com a maior influência destes movimentos, e no caso das mulheres de conforto de grupos feministas, pode-se dizer que houve uma ampla conscientização dos direitos humanos das mulheres, assim como a própria resolução de crimes contra a humanidade em casos de violência sexual contra mulheres, como estupro, escravidão sexual e/ou gravidez forçada (KIMURA, 2016).

Com a ascensão da discussão sobre as mulheres de conforto, no decorrer da década de 1990 o governo do Japão organizou alguns programas financeiros (entre

eles o mais conhecido “*Asian Women’s Fund*”, de 1994) para compensar suas vítimas, mas recebeu duras críticas ao ser rejeitado tanto por grupos sul-coreanos quanto taiwaneses. Entretanto, houve casos em que a aceitação do auxílio financeiro ocorreu por parte de algumas vítimas, o que gerou certo desconforto nos grupos que apoiavam as mulheres de conforto.

A análise sob as iniciativas fomentadas pelo governo japonês no que se refere às mulheres de conforto levam a crer que seus programas falharam em grande extensão pois (...) a chave é que os dois governos concordaram na solução (ou seja, o pedido de desculpas e compensação), sem o acordo básico sobre as suas causas raízes (ou seja, pelo quê o Japão estaria se desculpendo) (YI, 2017, *The Diplomat*, tradução nossa). Além disso, o fato de existirem grupos conservadores japoneses, defensores de valores nacionais próprios (ou ultranacionalistas) que questionam a veracidade dos discursos das mulheres de conforto, muitas vezes alegando um caráter “voluntário” destas, também constitui um dos fatores que tendem a dificultar uma resolução definitiva.

Ainda assim, o caso das mulheres de conforto promove um grande debate em torno das relações diplomáticas japonesas com os outros países do leste asiático, principalmente com relação à Coreia do Sul, em que se percebe que tal discussão provocou mudanças consideráveis para a própria imagem do Japão. Desta forma, o problema das mulheres de conforto também “estimulou uma forte demanda de feministas japonesas para o estudo da história a partir de uma maior consciência de gênero, assim como para a construção daquilo que é considerado verdade” (KIMURA, 2016, p. 9, tradução nossa), além de questionar a própria identidade japonesa.

6 O nacionalismo e a figura de Shinzo Abe

Assim como foi demonstrado por Ernani Oda (2018), foram questões internas à estrutura política do Estado japonês que possibilitaram a ascensão deste novo nacionalismo inserido em uma determinada conjuntura política internacional. Tal conjuntura, assim como proposto por Sheila Smith (2014), deve levar em consideração a ascensão econômica chinesa e sua influência regional para os vizinhos na Ásia, principalmente aos aliados dos EUA, uma vez que a forte dependência econômica entre China e Japão é afetada pela “alteração na balança de poder, o que tornaria o cenário regional ainda mais competitivo” (SMITH, 2014, p.5, tradução nossa).

O nacionalismo japonês ganha força novamente em um ambiente internacional cuja dinâmica resulta na relação entre política e etnia, ou entre o Estado e os sentimentos que emanam da própria sociedade japonesa, mais especificamente de certos grupos políticos e que tem ganhado apoio progressivamente. Em sua análise de conjuntura, Sheila Smith (2014) aponta também para um dos nacionalismos identificado na análise proposta por Doak (2006), de base etno-simbólica, como pertencente ao nacionalismo cívico e, portanto, um nacionalismo de origem do conflito estatal, imanente do âmbito político. Assim, os problemas de disputa econômica, militar e territorial – como é o caso das ilhas *Diaoyu/Senkaku*⁵ –, seriam de ordem política, mas que ao mesmo tempo relacionam-se com problemas de ordem étnica e histórica.

Com o atual primeiro-ministro Shinzo Abe e a ascensão desta ala mais conservadora no governo, compreender o novo movimento nacionalista japonês que avança sob um forte sentimento de afirmação nacional converge para a observação de carac-

⁵ Conjunto de pequenas ilhas ao sul do Japão, reivindicadas tanto pelo Japão quanto China e Taiwan.

terísticas de um nacionalismo que questiona uma determinada narrativa histórica. Neste sentido, a imagem representada pelo atual primeiro-ministro não é apenas um sintoma de um avanço conservador na política japonesa, mas pode também ser considerada uma expressão de alguns grupos da sociedade que se encontravam insatisfeitos com a situação econômica e política do país nos últimos anos.

Neste cenário onde o movimento nacionalista se destaca dentro do governo japonês, Shinzo Abe é um símbolo importante para tais grupos. O fato do primeiro-ministro também ser apoiado por uma organização ultraconservadora, a *Nippon Kaigi* (*The Japan Conference*) merece destaque, uma vez que um dos objetivos principais deste grupo é melhorar a Constituição do pós-guerra, e assim como seu slogan “Build a nation with pride” (TAWARA, 2017), a *Nippon Kaigi* defende explicitamente: “*We, the Nippon Kaigi, are a civic group that presents policy proposals and promotes a national movement for restoring a beautiful Japan and building a proud nation*” (TAWARA, 2017, p.5).

Desta forma, a força da agenda nacionalista defendida pelo primeiro-ministro, que inclui a mencionada reformulação da Constituição considerada inadequada para o atual contexto por seu pacifismo, sugere outras alterações nas políticas de educação ao apoiar a promoção de valores japoneses, além do também mencionado revisionismo histórico de livros didáticos. E não apenas nas políticas domésticas aplicadas para atingir tais objetivos, mas a forma como o governo japonês tem se portado ao responder críticas de países vizinhos revela uma forte preocupação da comunidade internacional sobre suas decisões e repercussões.

7 Considerações finais

Desta maneira, chegamos a algumas conclusões que permeiam o debate aqui proposto, uma vez que se evidencia a importância de uma análise de conjuntura internacional, assim como as estruturas internas que contribuíram para a alteração do posicionamento do governo japonês para uma tendência nacionalista, perigosamente atrelada ao militarismo. O estudo sobre as origens do movimento nacionalista no Japão sob uma abordagem histórica e etno-simbólica permite concluir que estas possuem bases tanto políticas quanto étnicas, no sentido que sua relação deve ser analisada em conjunto para se compreender as motivações dos indivíduos que compõem a atual administração de Shinzo Abe.

Buscou-se expor através de uma reflexão sobre o papel da abordagem utilizada, que a formação do nacionalismo se encontra sob duas ordens, o nacionalismo étnico (*minzokushugi*) e o nacionalismo cívico (*kokuminshugi*) assim como proposto por Kevin M. Doak (2006). Ambos os nacionalismos estão relacionados a partir do momento em que o Estado se utiliza de um deles, no caso aquele de origem étnica, com o objetivo de alcançar determinados fins e que são influenciados por diversos interesses quando inseridos no contexto político. No caso do nacionalismo japonês que se levanta com maior ímpeto no começo do século XXI, torna-se evidente que tal movimento defendido por membros da atual administração – centralizados sob a imagem de seu atual primeiro-ministro –, possui origens anteriores, e que somente através de uma análise histórica é possível captar um sentimento que se baseia nas tradições, mas principalmente nas memórias do povo japonês.

Sob a atual conjuntura o movimento nacionalista parece ganhar maior desta-

que, e como principais vozes contrárias ao perigo deste nacionalismo japonês estão os países que guardam as memórias de seus resultados. A China e Coreia do Sul, neste sentido, têm se mostrado as mais críticas ao posicionamento japonês, e tal comportamento deve ser analisado em conjunto ao contexto político de ambos os países, algo que não cabe no presente artigo seu devido aprofundamento. Porém, pode-se dizer que os temas mais delicados para as relações destes países, a dizer as visitas ao santuário Yasukuni e o movimento civil promovido pelo debate em torno das mulheres de conforto, também são fatores de importante análise ao se debater o atual movimento nacionalista japonês.

Ao final podemos concluir que o desafio para o Japão consiste neste dilema que confronta sua etnicidade inserida no âmbito de discussão política. Apesar do movimento nacionalista possuir uma origem que remete à ancestralidade e principalmente às memórias de um grupo, os atores envolvidos relacionam-se e provocam efeitos externos, algo que apenas comprova o quão próximos estão os países e seus interesses no sistema internacional. Assim, o ressurgimento do movimento nacionalista japonês no século XXI aponta para uma série de fatores presentes na sociedade contemporânea que chamamos de “global”. Os frutos de um desencanto da globalização produzidos nas últimas décadas resultaram em uma retomada histórica, – e que no caso do Japão significa reavaliar principalmente o período de guerras –, onde as memórias não somente produzem reflexões, como também podem ser utilizadas para a promoção de determinados interesses políticos, moldando a maneira como a própria sociedade japonesa se vê e é vista internacionalmente.

Referências bibliográficas

ANDERSON, B. *Imagined Communities: Reflections on the origins and spread of nationalism*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DOAK, K. M. A history of Nationalism in Modern Japan: Placing the people. In: *Handbook of Oriental Studies*. The Netherlands: Brill NV, v. 13, 2006.

DOAK, K. M.. Ethnic Nationalism and Romanticism in Early Twentieth-Century Japan. *The Journal of Japanese Studies*, v. 22, n.1, p. 77-103, 1996.

HAROOTUNIAN, H. D. Commentary on Nationalism in Japan: Nationalism as Intellectual History. *The Journal of Asian Studies*, v.31, n.1, p. 57-62, 1971.

JAPÃO. Constituição (1946). *A Constituição do Japão*: promulgada em 3 de novembro de 1946. Disponível em: <https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>. Acesso em: 20 de Novembro de 2018.

JAPÃO. Ministry of Foreign Affairs of Japan. *On the Issue of “Comfort Women”*. Publicado em: 4 de Ago., 1993. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/policy/postwar/issue9308.html>. Acesso em: 3 de Novembro de 2018.

KIMURA, M. *Unfolding the ‘Comfort Women’ Debates: Modernity, Violence, Women’s Voices*. London: Palgrave Macmillan, 2016.

LEOUSSI, A. S., GROSBY, S. *Nationalism and ethnosymbolism: History, culture and ethnicity in the formation of nations*. United Kingdom: Edinburgh University Press, 2007.

MATSUMOTO, S. *The significance of Nationalism in Modern Japanese Thought: Some*

Theoretical Problems. *The Journal of Asian Studies*, v. 31, n.1, p. 49-56, 1971.

ODA, E. Condições estruturais do nacionalismo japonês recente. *Lua Nova* [online], n.103, , p. 11-38, 2018.

PYLE, K. B. Introduction: Some Recent Approaches to Japanese Nationalism. *The Journal of Asian Studies*. v. 31, n. 1, p. 5-16, 1971.

ROSE, C. 'Patriotism is not taboo': nationalism in China and Japan and implications for Sino-Japanese relations. *Japan Forum*, p. 169-181, 2010.

SMITH, A. D. *Myth and Memories of the Nation*. New York: Oxford University Press, 1999.

SMITH, S. A. *Intimate Rivals: Japanese domestic politics and a rising China*. New York: Columbia University Press, 2014.

SUZUKI, S. The rise of the Chinese 'Other' in Japan's construction of identity: Is China a focal point of Japanese nationalism?. *The Pacific Review*, p. 95-116, 2015.

TAWARA, Yoshifumi. What is the Aim of Nippon Kaigi, the Ultra-Right Organization that Supports Japan's Abe Administration?. *The Asia Pacific Journal*, v. 15, n.1, 2017.

YI, J. *The Korea-Japan 'Comfort Women' Failure: A Question of History*. *The Diplomat*. 08 de Fev. 2017. Disponível em:

[<https://thediplomat.com/2017/02/the-korea-japan-comfort-women-failure-a-question-of-history/](https://thediplomat.com/2017/02/the-korea-japan-comfort-women-failure-a-question-of-history/)

>. Acesso em: 4 de Novembro de 2018.